



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

12/01/2017

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. COMARCAS.....	3
2.2. VARA DA MULHER.....	4 - 5
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	6
3.2. COMARCAS.....	7 - 13
3.3. JUÍZES.....	14
3.4. PLANTÃO NO TJMA.....	15
3.5. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	16
4. JORNAL EXTRA	
4.1. COMARCAS.....	17 - 18
4.2. PLANTÃO NO TJMA.....	19
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	20 - 21
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	22
6.2. VARA DA MULHER.....	23
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	24 - 25
7.2. COMARCAS.....	26 - 29
7.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	30
7.4. JUÍZES.....	31
7.5. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	32

Órgãos de proteção à Infância e Juventude avaliam que adolescentes estão melhor acolhidos na Aurora

PÁGINA 2

➤ APÓS VISTORIAS

Órgãos de proteção à Infância e Juventude avaliam que adolescentes estão melhor acolhidos na Aurora

Representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude acompanharam vistoria à unidade da Funac, no bairro Aurora, ontem (11). As autoridades avaliaram as condições do prédio que recebeu adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Após as vistorias, os representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude foram unânimes na avaliação de que os adolescentes estão melhor acolhidos na unidade de Aurora, que dispõe de estrutura mais adequada.

“Os adolescentes estão melhor acolhidos neste prédio e entendemos que é a melhor estrutura para eles no momento. A unidade vai funcionar em caráter temporário, após receber as devidas adequações e o importante é que os acolhidos, funcionários e a comunidade tenham sua integridade assegurada”, avaliou o juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa.

O secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), Francisco Gonçalves, ressaltou a importância do momento para a garantia das condições adequadas de acolhimento dos jovens.

O gestor da Sedihpop informou que as unidades do sistema de atendimento ao adolescente passam por reestruturação e serão todas recuperadas. “O monitoramento dos órgãos de referência é salutar e vem contribuir para que este processo seja realizado de forma a melhor atender os que serão acolhidos na unidade”, pontuou. O acolhimento na Aurora ocorre até que seja finalizado o programa de melhorias nas demais unidades do sistema de atendimento ao socioeducando.

Francisco Gonçalves ressaltou ainda que toda a estrutura do Estado está à disposição da comunidade



Vistoria da unidade da Funac, no bairro Aurora

para dialogar e esclarecer dúvidas. “Estamos e sempre estivemos de portas abertas para a população. Temos ainda como meta prioritária reunir com os gestores municipais para discutir a situação do adolescente socioeducando e eleger metas a serem executadas a logo do ano”, informou.

A rede de assistência ao socioeducando está em reformulação, somado a medidas executadas pelo Governo do Estado para qualificar o atendimento a este público, enfatizou a presidente da Funac, Eliângela Cardoso. “É de grande importância que todas as entidades e órgãos envolvidos na proteção do adolescente acompanhem esse planejamento e que possam somar conosco para a qualidade do atendimento oferecido. Unidades em consonância com a legislação vigente são um foco deste plano de Governo”, pontuou a gestora.

As obras de adequação nos prédios da Funac incluem melhorias na estrutura física, aquisição e substituição de equipamentos e mobiliário.

As adequações seguem o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem como objetivo adequar o espaço para atender as necessidades deste público. A estrutura na Aurora possui salas para escolarização, espaço para oficinas e demais projetos de cunho educativo e socializador, quadra para esportes, área para equipe técnica, administração, diretoria, almoxarifado, cozinha e banheiros.

O defensor público-geral do Estado, Werther de Moares Lima Junior, enfatizou a necessidade de o prédio possuir as devidas condições para abrigo dos adolescentes. “Diante da vistoria que acompanhamos e das adequações que estão em andamento, concluímos que o prédio na Aurora tem melhores condições que a unidade antiga. Os jovens serão melhor atendidos aqui, até que a unidade definitiva esteja adequada”, avaliou.

Para a promotora Emmanuelle Bello Peixoto, que representou o procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga, o prédio apresenta boa estrutura, precisando

da adaptação que está em curso. “As adequações necessárias devem ser realizadas em caráter de urgência e isso será acordado com o Governo. Os adolescentes verbalizaram que estão melhor acolhidos nesta estrutura e isso será considerado na nossa avaliação, desde que sejam preenchidas as exigências para segurança deles e do prédio”, disse. Depois de concluída a adequação, o prédio será inspecionado pelo Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

A unidade na Aurora já iniciou funcionamento e acolhe atualmente sete adolescentes, sendo a capacidade para 17 jovens. Os socioeducandos foram transferidos do Centro de Juventude Canaã, localizado no Vinhais e que atende na modalidade internação provisória. Estiveram presentes ainda à vistoria as defensoras públicas, Elaine Barros e Ana Júlia de Sousa; a presidente do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA/MA), Maria Ribeiro da Conceição; e demais membros da instituição; além de representantes da sociedade civil organizada.



Samuel Silva, o 'Preto'

Agentes da Senarc recapturam foragido

Agentes da Superintendência de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), numa Operação deflagrada na manhã de ontem, no Bairro da Alemanha, recapturaram o foragido Samuel Silva Viana, o "Preto", de 35 anos. Ele responde a

processos criminais por roubo e furto, já tendo sido condenado há 14 anos de reclusão pelo crime e homicídio qualificado.

Samuel "Preto" foi beneficiado com a saída temporária do Dia das Crianças, em outubro do ano passado,

não retornando ao Sistema Penitenciário, para cumprir o restante de sua pena. Com sua recaptura foi dado cumprimento ao mandado de prisão expedido pela juíza Ana Maria Almeida Vieira, titular da 1ª Vara de Execuções Penais da Capital.

Órgãos avaliam que adolescentes estão melhor acolhidos na Aurora

Representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude acompanharam vistoria à unidade da Funac, no bairro Aurora, nessa quarta-feira, 11. As autoridades avaliaram as condições do prédio que recebeu adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Após as vistorias, os representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude foram unânimes na avaliação de que os adolescentes estão melhor acolhidos na unidade Aurora, que dispõe de estrutura mais adequada.

“Os adolescentes estão melhor acolhidos neste prédio e entendemos que é a melhor estrutura para eles no momento. A unidade vai funcionar em caráter temporário, após receber as devidas adequações e o importante é que os acolhidos, funcionários e a comunidade tenham sua integridade assegurada”, avaliou o juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa.

O secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), Francisco Gonçalves, ressaltou a importância do momento para a garantia das condições adequadas de acolhimento dos jovens.

O gestor da Sedihpop informou que as unidades do sistema de atendimento ao adolescente passam por reestruturação e serão todas recuperadas. “O monitoramento dos órgãos de referência é salutar e vem contribuir para que este processo seja realizado de forma a melhor atender os que serão acolhidos na unidade”, pontuou. O acolhimento na Aurora ocorre até que seja finalizado o programa de melhorias nas demais unidades do sistema de atendimento ao socioeducando.

Francisco Gonçalves ressaltou ainda que toda a estrutura do Estado está à disposição da comunidade para dialogar e esclarecer dúvidas. “Estamos e sempre estaremos de portas abertas para a população. Temos ainda como meta prioritária reunir com os gestores municipais para discutir a situação do adolescente socioeducando e eleger metas a serem executadas ao longo do ano”, informou.

A rede de assistência ao socioeducando está em reformulação, somado a medidas executadas pelo Governo do Estado para qualificar o atendimento a este público, enfatizou a presidente da Funac, Elisângela



Vistoria da unidade Aurora aconteceu na manhã desta quarta-feira (11).

la Cardoso. “É de grande importância que todas as entidades e órgãos envolvidos na proteção do adolescente acompanhem esse planejamento e que possam somar conosco para a qualidade do atendimento oferecido. Unidades em consonância com a legislação vigente são um foco deste plano de Governo”, pontuou a gestora.

As obras de adequação nos prédios da Funac incluem melhorias na estrutura física, aquisição e substituição de equipamentos e mobiliário. As adequações seguem o que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem como objetivo adequar o espaço para atender as necessidades deste público. A estrutura na Aurora possui salas para escolarização, espaço para oficinas e demais projetos de cunho educativo e socializador, quadra para esportes, área para equipe técnica, administração, diretoria, almoxarifado, cozinha e banheiros.

O defensor público-geral do Estado, Werther de Moares Lima Junior, enfatizou a necessidade de o prédio possuir as devidas condições para abrigo dos adolescentes. “Diante da vistoria que acompanhamos e das adequações que estão em andamento, concluímos que o prédio na Aurora tem melhores condições que a unidade antiga. Os jovens serão melhor atendidos aqui, até que a unidade definitiva esteja adequada”,

avaliou.

Para a promotora Emmanuelle Bello Peixoto, que representou o procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga, o prédio apresenta boa estrutura, precisando da adaptação que está em curso. “As adequações necessárias devem ser realizadas em caráter de urgência e isso será acordado com o Governo. Os adolescentes verbalizaram que estão melhor acolhidos nesta estrutura e isso será considerado na nossa avaliação, desde que sejam preenchidas as exigências para segurança deles e do prédio”, disse. Depois de concluída a adequação, o prédio será inspecionado pelo Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

A unidade na Aurora já iniciou funcionamento e acolhe atualmente sete adolescentes, sendo a capacidade para 17 jovens. Os socioeducandos foram transferidos do Centro de Juventude Canaã, localizado no Vinhais e que atende na modalidade internação provisória. Estiveram presentes ainda à vistoria as defensoras públicas, Elaine Barros e Ana Júlia de Sousa; a presidente do Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA/MA), Maria Ribeiro da Conceição e demais membros da instituição; além de representantes da sociedade civil organizada. (Secap)

Prefeitura de Imperatriz e Judiciário aliam forças em defesa dos direitos da mulher

Na manhã dessa quarta-feira (11), Assis Ramos e a secretária municipal de Políticas Públicas para a Mulher, Edna Ventura participaram de uma reunião na Defensoria Pública com a juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo; os defensores públicos: Fábio Sousa de Carvalho, Suelen Webber, Jeruska Campelo e a assistente social Liana Oliveira. Na pauta, assuntos relacionados à Rede de Proteção a Mulher.

“Marcamos essa reunião para estreitar os laços. Conheço as dificuldades de se trabalhar na defesa da vítima e, aquilo que estiver ao nosso alcance, estamos à disposição para colaborar”, declarou Assis Ramos.

Fábio Carvalho, defensor público, revelou a importância da parceria entre os poderes públicos: “Para a população esse estreitamento de laços é muito importante. Que esta não seja a primeira e última reunião, mas que aconteça em outros momentos também”, explicou Fábio Carvalho.

A juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo, agradeceu ao prefeito pela iniciativa de garantir essa agenda. “Agradecemos o prefei-

to Assis Ramos por estar conosco e participar desta reunião sobre políticas públicas em defesa da mulher vítima”; afirmou a juíza.

Rede de proteção - Na oportunidade, Edna Ventura enfatizou a necessidade de fortalecer as parcerias e ampliar as ações da Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência contra mulheres em Imperatriz. Apontou a importância de realizar ações de cunho educativo nas escolas e bairros da cidade, além de garantir uma melhor estrutura da Casa Abrigo da Mulher.

Em Imperatriz, a Rede de Proteção a Mulher existe há alguns anos e é formada por instituições que atuam em defesa da mulher. É formada pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulher (SMPM); Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) e Casa Abrigo da Mulher; Poder Judiciário (Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher); Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA); Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA); Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). (Assessoria de Imprensa)

Dávila Henrique



Durante a reunião foram debatidos assuntos relacionados à Rede de Proteção a Mulher.



O juiz Alexandre Abreu fala sobre o desenvolvimento das ações

TJ promove curso para membros de grupos pastorais

Serão realizados cursos de formação de instrutores que ministrarão oficinas para famílias dissolvidas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoverá cursos de formação para membros de grupos e pastorais ligados à família da Igreja Católica com o fim de formar instrutores para ministrarem oficinas a famílias dissolvidas ou em situação de conflito.

A parceria foi definida em reunião realizada na manhã de ontem, na Igreja da Sé, entre o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, juiz Alexandre Abreu; o juiz auxiliar da Presidência do TJMA Júlio Praseres; o coordenador arquidiocesano de Pastoral, padre Crizantônio da Conceição; o diácono e servidor do TJMA, Renato Fontoura; e integrantes da Pastoral Familiar, do Encontro de Casais com Cristo e do Encontro Matrimonial Mundial.

Após a capacitação, os membros religiosos terão autonomia para realizar as Oficinas de Parentalidade, que são baseadas nas Oficinas de Pais e Mães, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Elas buscam auxiliar as famílias em situação de divórcio – ou que enfrentam conflitos relacionados à ruptura do vínculo conjugal – a construir uma relação saudável junto aos filhos, evitando que eles sofram con-

sequências negativas advindas da relação dos pais.

Parcerias

O juiz Alexandre Abreu explicou que o Judiciário está firmando parcerias desse tipo com instituições com interesses em comum, para desenvolver ações que estimulem o diálogo produtivo em favor de casais e famílias em situação de conflito.

Ele ressaltou que a iniciativa é uma forma de o Judiciário acompanhar as mudanças da sociedade, que hoje apresenta variados tipos de formação familiar e realidades múltiplas que exigem tratamentos especiais e novas formas de atendimento, muitas vezes não descritas na lei e não abrangidas a contento pela estrutura tradicional. “O Judiciário percebeu que existem ambientes nos quais o acolhimento, o diálogo e soluções construídas com as próprias partes são mais importantes que decisões judiciais”, avaliou.

Ele informou ainda que as Oficinas de Parentalidade são feitas em 22 horas-aula, conforme a Política de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse, disposta na Resolução N° 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. ●

Ministério Público abre inquérito para apurar aluguel da Funac na Aurora

POLÍTICA 3

MP abre inquérito para apurar aluguel da Funac na Aurora

Representação é de iniciativa da Associação dos Moradores do bairro, que pede a retirada da unidade e a apuração dos gastos com locação desde 2015

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O Ministério Público instaurou Ação Civil Pública para apurar o contrato de aluguel de um imóvel situado no bairro da Aurora para abrigar unidade anexo da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). O contrato foi assinado pelo governo e, desde 2015, já rendeu mais de R\$ 170 mil ao proprietário do imóvel, Jean Carlos Oliveira, filiado ao PCdoB e funcionário contratado da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) - mesmo o prédio só tendo sido ocupado apenas na semana passada.

O inquérito, segundo o MP, foi instaurado pelo promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, da 1ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa.

A O Estado, ele explicou que, depois de já ter ouvido representantes da comunidade, vai tratar do tema com os gestores. “Chegou uma [representação] dos próprios moradores, segunda. Já tive uma audiência com os representantes



Reprodução

População da Aurora, que acionou o MP, conversa com Andrea Murad

dos moradores ontem [terça-feira]. Agora, vamos tratar com os gestores. Acho que em 15 dias devemos ter um encaminhamento sobre a questão, que tem tantos lados quanto razões. Os moradores só querem ser felizes”, disse.

O promotor salientou que há falta de investimento, por parte do poder público, em serviços básicos de saúde e educação no bairro da Aurora.

“Um bairro de 20 mil habitantes sem escolas, saúde e unidades de segurança. Temos que dar primeiro esse enfoque. A unidade é um gota d’água”, completou.

Lindonjonson não descartou

uma ação de improbidade administrativa. “Bem, a representação que recebi dos moradores não tem informações sobre o contrato. Precisa de mais dados para ter uma avaliação. Como se trata de contrato em vigor, com a possibilidade da própria administração resolver na autoexecutoriedade, possivelmente adotarão os meios para evitar isso, uma ação de improbidade. De qualquer modo, esse tipo de contrato possui uma margem de discricionariedade. Saber qual o limite disso. Vamos pesquisar o que se aplica nesses casos”, concluiu.

Deputada constata instalação imprópria

A deputada estadual Andrea Murad (PMDB) constatou, em vistoria realizada ontem, instalação inadequada da unidade anexo da Funac na Aurora. A parlamentar tomou por base o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinae), que regulamenta este tipo de estabelecimento.

“Vale ressaltar a fragilidade do forro que dá acesso à cobertura no pavimento superior. Também não há circuito interno de câmeras. Ainda estavam preparando. E na área aberta não tinha nada que favorecesse os internos, apenas obras como o muro sendo aumentado e material de construção pelo terreno. E mais: não há cumprimento à norma de acessibilidade a todos os ambientes de atendimento”, avaliou.

Andrea Murad questionou a presidente da Funac, Elisângela Cardoso, e o secretário Chico Gonçalves sobre os critérios para a locação do imóvel, justamente no bairro da Aurora, que já sofre com uma unidade prisional. A parlamentar disse ainda que nada justifica o prédio ficar parado por um ano e meio, sendo pagos mais de 17 aluguéis, cerca de R\$ 172 mil ao proprietário e a casa ainda não estar dentro dos padrões. ●



ESTADO MAIOR

Reconhecimento da Justiça

Uma declaração do juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, após inspeção no prédio de Jean Carlos Oliveira na Aurora, alugado pelo governo Flávio Dino (PCdoB) para funcionar como anexo da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), comprova que, pelo menos agora, o local ainda não está apto a receber os menores que o Estado quer mandar para lá.

Por enquanto, algo em torno de uma dezena de menores infratores estão no local. Mas a Funac quer mandar 17 para lá.

Costa reconhece que a “unidade é pequena, para 15 ou 17 adolescentes”, e acrescenta que o ideal é que garotos vindos do interior do estado sejam remanejados para a unidade. Motivo: são menos perigosos e sem ligação com facções. Uma clara preocupação com o fato de que o anexo não oferece ao seu entorno as condições exigíveis de segurança.

- Nós vamos recomendar que aqui venham adolescentes do interior, que não tenham ligação com facção, de perfil mais calmo, para não causar grandes transtornos para comunidade - destacou o juiz.

O prédio está alugado pelo governo desde julho de 2015. Em agosto daquela ano, começaram a ser feitos pagamentos mensais de R\$ 9,5 mil aproximadamente. Nem mesmo esse período todo entre a locação e o início do funcionamento da unidade, no entanto, foi o suficiente para que o prédio estivesse em condições de receber os jovens.

Para o magistrado, é preciso, por fim, que o Executivo dialogue com os moradores da Aurora.

- Vamos fazer um relatório e encaminhar para o tribunal e a corregedoria, assim como ao Governo do Estado nos posicionando em relação a esta unidade. Acho que é preciso uma negociação com a comunidade. É difícil a comunidade aceitar. Aqui ou em qualquer canto do estado sempre existe essa resistência. Mas precisa ser negociado e garantida à população a segurança nesse ambiente aqui - declarou.

Juiz mostrou preocupação com segurança no entorno do anexo da Funac e dará sugestão

Autoridades inspecionam unidade da Funac na Aurora

Mesmo imóvel ainda passando por obras para abrigar adolescentes, juiz e defensor avaliaram que as condições são adequadas para seu propósito; ontem, grades estavam sendo colocadas

O juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, e o defensor público geral do Estado, Werther Júnior, estiveram ontem pela manhã, na casa alugada pelo Governo do Estado no bairro Aurora, para servir de unidade de ressocialização da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). Eles foram acompanhados do secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do Governo do Estado, Francisco Gonçalves, entre outros membros da secretaria, promoto-

reformados, as grades, que ainda estão sendo colocadas, fiações elétricas expostas, cercas elétricas defeituosas e entulho de construção espalhado por todo o imóvel.

“O que nos preocupa é a segurança e a qualidade da internação dos menores e o que percebemos é que eles estão em boas condições, melhor que no Canaã (centro de onde são procedentes e que, segundo a própria Funac, sofre com problemas de superlotação)”, afirmou o defensor geral.

O juiz José dos Santos Costa afirmou que a unidade funcio-

centes. “Precisa ainda de algumas reformas. Vamos fazer um relatório e encaminhar para o tribunal, corregedoria e governo”, afirmou.

O secretário Francisco Gonçalves ressaltou que está aberto ao diálogo com a comunidade e que as condições de segurança com relação à instalação da unidade foram todas revistas. Ele também lembrou que o Governo do Estado prometeu instalar uma companhia da Polícia Militar no bairro Anil e garantir segurança 24 horas na comunidade.

Protestos

Juiz, defensores, promotores e demais membros do governo que fizeram a vistoria ontem à sede da Funac na Aurora foram recebidos com gritos de protestos dos moradores, que, com um carro de som, não pararam de dizer que não queriam a unidade no bairro.

Segundo os moradores, eles não estavam ali para provocar conflito, como teria alegado o Governo do Estado, mas para reivindicar de forma pacífica seu direito de serem ouvidos. Mauro Silva, um dos líderes do movimento, destacou que a mobilização deles deve continuar até que a unidade de ressocialização seja levada para outro lugar. ●

SAIBA MAIS

Os moradores do Aurora não querem que a unidade da Funac permaneça instalada no bairro. Eles alegam que a instituição ocasiona uma sensação de insegurança na região. Além disso, desvaloriza os imóveis. Segundo os moradores, desde quarta-feira, 4, pelo menos sete internos já haviam sido transferidos para a casa, que teria sido alugada de um membro do PCdoB, partido do governador Flávio Dino, desde 2015, e estava fechada. Nesse tempo, já foram pagos mais de R\$ 170 mil ao dono do imóvel. Os adolescentes, em conflito com a lei, foram transferidos do Centro de Juventude Canaã, no bairro Vinhais, que enfrenta problemas de superlotação.

Muros ainda estão sendo erguidos na casa

Moradores protestaram contra Funac

ria, defensoria e entidades sociais.

De forma geral, juiz e defensor avaliaram que as condições do prédio são adequadas para o propósito em questão: abrigar menores em conflitos com a lei. Mesmo que, eles observaram, ainda falem alguns pontos fundamentais, como os muros, que ainda estão sendo

nará em caráter temporário, mas até quando ele não soube afirmar. Apenas disse que estão no aguardo da conclusão de um prédio em Paço do Lumiar, com capacidade para 70 internos. Ele também destacou que o prédio na Aurora ainda precisa de melhorias para atender os adoles-

GALERIA NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com





“Precisa ainda de algumas reformas. Vamos fazer um relatório e encaminhar para o tribunal, corregedoria e governo”

JOSÉ DOS SANTOS COSTA, juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís

Judiciário nomeia juiz de paz para a Comarca de Loreto

O técnico em enfermagem Raimundo Martins de Sousa foi o cidadão nomeado juiz de paz

LORETO

A Comarca de Loreto terá um juiz de paz. A juíza Talita de Castro Barreto editou e tornou pública uma portaria na qual nomeia o juiz de paz. A magistrada, titular da comarca, levou em consideração a necessidade de nomear um juiz e sobre a competência do diretor de fórum em realizar a indicação e nomeação nas comarcas do interior do Maranhão.

O técnico em enfermagem Raimundo Martins de Sousa foi o cidadão de Loreto nomeado juiz de paz. De acordo com a portaria, ele terá competência, única e exclusiva, de realizar casamentos quando designado pela juíza Talita de Castro Barreto, não recebendo custas ou qualquer vantagem para executar essa tarefa. Caso ele esteja ausente, deverá ser substituído por Raimundo de Sousa Araújo, engenheiro agrônomo.

No âmbito jurídico, estão entre as atribuições dos juízes de paz, a serem exercidas por orientação dos Tribunais de Justiça: examinar, de ofício ou em face de impugnação, e decidir processos de habilitação

para o casamento; celebrar casamentos, consoante disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Poderá o juiz de paz dispensar, justificadamente, os editais de proclamas; pacificar conflitos de vizinhança, em locais e datas previamente designados; orientar pessoas a respeito das formas de exercício dos próprios direitos.

Conciliador

O Juiz de Paz tem, ainda, atribuições de natureza conciliatória, sem caráter jurisdicional, bem como representar no Poder Judiciário e no Ministério Público situações irregulares de que tenha conhecimento em razão do exercício de suas atividades.

O juiz de paz pode, também, encaminhar propostas de aperfeiçoamento dos serviços da Justiça de Paz, e comparecer a cursos de aperfeiçoamento, indicados pelo Tribunal de Justiça ou pela associação de juízes de paz, destinados ao estudo da aplicação da lei às matérias de sua competência. ●

ESTADO MAIOR

Pauta cheia

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 426 novos processos judiciais, durante o recesso forense - de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017.

No período, a Justiça, no 1º e no 2º Graus, funcionou em regime de plantão com escalas de servidores, oficiais e magistrados, para a apreciação de processos em caráter de urgência novos ou outros já em curso.

De acordo com o relatório quantitativo do plantão de 2º Grau, foram realizadas 11.446 tramitações por servidores. Os desembargadores da Corte estadual de Justiça proferiram 414 decisões.

Processo eletrônico

Procuradores e advogados de vinte e sete prefeituras maranhenses passarão por treinamento na plataforma do Processo Judicial Eletrônico dado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão no próximo dia 24 de janeiro, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

O objetivo é treinar os profissionais e capacitá-los como multiplicadores nos municípios que fazem parte da jurisdição de comarcas onde o Processo Judicial Eletrônico já está implantado e determinadas classes processuais já tramitam de forma exclusivamente eletrônica.

Em dezembro do ano passado, o TJMA encaminhou ofício às prefeituras comunicando a realização do treinamento. Pelo mesmo documento, também foi solicitado o envio de informações relativas à existência ou não de Procuradoria formalmente instalada, para fins de cadastro no ambiente do Processo.

SÓ DO INTERIOR

Governo ganha queda de braço com moradores da Aurora e Funac será instalada no bairro

De nada adiantou o apelo popular dos moradores do bairro Aurora contra a instalação da Funac. O juiz da Vara da Infância e Juventude de São Luís realizou, na manhã desta quarta-feira (11), uma inspeção no prédio alugado pelo Governo do Maranhão para funcionar uma unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), que abriga provisoriamente adolescentes infratores no bairro da Aurora da capital maranhense.

O juiz José dos Santos Costa disse que vai fazer um relatório sobre a visita e recomendar algumas medidas a serem tomadas pelo governo para receber os menores.

Tudo indica que o Governo do Estado ganhou a queda de braço com a comunidade local que não quer que seja instalada o anexo da Funac no bairro. “Essa unidade é pequena, para 15 ou 17 adolescentes. Nós vamos recomendar que aqui venham adolescentes do interior, que não tenham ligação com facção, de perfil mais calmo, para não causar grandes transtornos para comunidade. Vamos fazer um relatório e encaminhar para o tribunal e a corregedoria, assim como Governo do Estado nos posicionando em relação a esta unidade. Acho que é preciso uma negociação com a comunidade. É difícil a comunidade aceitar. Aqui ou em qualquer canto do Estado sempre existe essa resistência. Mas precisa ser negociado e ga-



O juiz José dos Santos libera anexo da Funac para menores vindo do interior

rantida à população a segurança nesse ambiente aqui”, declarou o juiz. A imprensa não foi autorizada a entrar no prédio. A Defensoria Pública do Estado também acompanhou a inspeção.

“O que nos preocupa é a segurança e a qualidade da internação desses menores. O que nós percebemos foi que eles estão em boa situação. Melhor do que eles estavam no Canaã (outra casa de internação). Percebemos que ainda existem algumas obras sendo concluídas, como a ampliação dos muros e adaptações, mas mínimas”, disse

o defensor público Werter Júnior.

Mesmo diante dos manifestantes contra a instalação da Funac no bairro, o secretário de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, declarou que o governo está aberto pra conversar com a comunidade.

“No que se refere o diálogo a comunidade, já me pronunciei várias vezes pelos meios de comunicação que estamos à disposição para conversar com a comunidade. A qualquer momento eu recebo as lideranças no meu gabinete”, disse o secretário. A instalação da Funac na

comunidade está revoltando os moradores, que há uma semana estão mobilizados realizando protestos pelas ruas do bairro.

Enquanto a vistoria era feita lá dentro, os moradores do bairro da Aurora se reuniram em frente ao prédio para protestar. Os moradores são contra a instalação da unidade da Funac no local, pois temem pela segurança da comunidade. Então, há uma semana, a principal rua do bairro foi interditada. Sete menores já foram internados no ambiente, que ainda está em obras. «

[illegible]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

TJMA desembaraça 400 processos no recesso forense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 426 novos processos judiciais, durante o recesso forense – de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017. No período, a Justiça de 1º e 2º Graus funcionaram em regime de plantão com escalas de servidores, oficiais e magistrados, garantindo a apreciação de processos em caráter de urgência novos ou outros já em curso.

De acordo com o relatório quantitativo do plantão de 2º Grau, foram realizadas 11.446 tramitações por servidores. Os desembargadores da Corte estadual de Justiça proferi-

ram 414 decisões.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, apreciou 176 processos. A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, proferiu 190 decisões; a vice-presidente do TJMA, desembargadora Graças Duarte, decidiu 44 processos.

O desembargador Bayma Araújo proferiu três decisões judiciais, e o desembargador Joaquim Figueiredo uma decisão. No recesso, os dois magistrados responderam pelo plantão em situações específicas.

Segundo a diretora Judiciária do TJMA, Denyse Reis

Batista, todas as demandas do recesso forense foram atendidas. “Aqueles que procuraram o Tribunal, tiveram respostas para as suas reivindicações. Todas as petições apresentadas foram devidamente protocoladas, cadastradas e decididas”, informou a diretora.

O recesso forense foi disciplinado, em 2016, pela Resolução nº 67/2016, que define o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro como recesso forense para o 2º Grau, setores administrativos do Tribunal e 1º Grau. O recesso está regulamentado na Resolução nº 244/2016, do Conselho Nacio-

nal de Justiça.

PRAZOS SUSPENSOS – Até o dia 20 de janeiro, permanecem suspensos os prazos processuais, audiências e julgamentos, conforme o artigo 220 do Código de Processo Civil (CPC).

Apesar da suspensão dos prazos, sessões, julgamentos e audiências, com o fim do recesso forense, a Justiça maranhense voltou a ter seu expediente normalizado nas atividades administrativas e jurisdicionais. Para as unidades jurisdicionais é indicada a realização de correições até o retorno da contagem de prazos.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Pregão Eletrônico S.R.P. nº 67/2016 - Processo nº 29.064/2016

Objeto: Registro de preço para aquisição de bebedouros, quadros e TVs; **Nova Data de Abertura:** 25/01/2017 às 10:30h (horário de Brasília); **Local:** Site www.comprasgovernamentais.gov.br; **Justificativa:** Licitação foi suspensa para adequações no Termo de Referência; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís-MA, CEP: 65.010-190; **Email:** colegitacao@tjma.jus.br; **Fone:** 98 3361-6181.

São Luís-MA, 10 de janeiro de 2017.

Thiago Chung de Farias
Pregueiro TJMA.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2017 - PROCESSO Nº 27.597/2016**

Objeto: Conclusão da reforma para recuperação do Fórum da Comarca de Olinda Nova/MA; **Base legal:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; **Abertura:** 14/02/2017, às 10h:00min; **Local:** Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** 98 3261 6181.

São Luís/MA, 10 de janeiro de 2017.

ANDRÉ DE SOUSA MORENO

Membro da Comissão Permanente de Licitação.

TJMA realizará treinamento no sistema PJe para procuradores de 27 municípios maranhenses



Treinamento no sistema PJe é realizado com diversos públicos desde o início da implantação do sistema

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai disponibilizar um treinamento na plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe) a 27 prefeituras maranhenses, no próximo dia 24 de janeiro, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, para seus procuradores e/ou advogados. O objetivo é treinar os profissionais e capacitá-los como multiplicadores nos municípios que fazem parte da jurisdição de comarcas onde o PJe já está implantado e determinadas classes processuais já tramitam de forma exclusivamente eletrônica.

Os municípios são: São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Imperatriz, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Açailândia, São Francisco do Brejão, Balsas, Nova Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, Caxias, Aldeias Altas, São João do Soter, Codó, Coroatá, Grajaú, Formosa da Serra Negra, Itaipava do Grajaú, João Lisboa, Itapecuru Mirim, Timon, Vitorino Freire, Altamira do Maranhão e Brejo de Areia.

Em dezembro de 2016, o TJMA encaminhou ofício às prefeituras comunicando a realização do treinamento. Pelo mesmo documento, tam-

bém foi solicitado o envio de informações relativas à existência ou não de Procuradoria formalmente instalada, para fins de cadastro no ambiente do PJe.

Desde novembro de 2016, as comarcas que abrangem os municípios citados estão trabalhando obrigatoriamente através do PJe em determinadas classes processuais, de acordo com a Portaria GP nº 427/2016 e Portaria Conjunta nº 08/2016. São elas: Comarca da Ilha, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Caxias, Codó,

Coroatá, Grajaú, João Lisboa, Itapecuru Mirim, Timon e Vitorino Freire.

O contato para confirmar de participação no treinamento ofertado pelo TJMA pode ser feito pela prefeitura através do e-mail pje.suporte@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3194-5876 e (98) 98896-1696. O treinamento do PJe para os procuradores/advogados das prefeituras está designado para o dia 24 de janeiro, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís (MA), de 8h às 12h e 14h às 18h. (*Asscom TJMA*)

Prefeitura de Imperatriz e Judiciário aliam forças em defesa dos direitos da mulher

"Imperatriz a gente faz". É assim que o prefeito Assis Ramos tem trabalhado, somando esforços em prol da população da cidade

Dávila Henrique



Durante a reunião, foram debatidos assuntos relacionados à Rede de Proteção à Mulher

Na manhã dessa quarta-feira (11), Assis Ramos e a secretária municipal de Políticas Públicas para a Mulher, Edna Ventura, participaram de uma reunião na Defensoria Pública com a juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo; os defensores públicos Fábio Sousa de Carvalho, Suelen Webber, Jeruska Campelo e a assistente social Liana Oliveira. Na pauta, assuntos relacionados à Rede de Proteção à Mulher.

"Marcamos essa reunião para estreitar os laços. Conheço as dificuldades de se trabalhar na defesa da vítima e aquilo que estiver ao nosso alcance estamos à disposição para colaborar", declarou Assis Ramos.

Fábio Carvalho, defensor público, revelou a importância da parceria entre os poderes

públicos: "Para a população esse estreitamento de laços é muito importante. Que esta não seja a primeira e última reunião, mas que aconteça em outros momentos também", explicou Fábio Carvalho.

A juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo, agradeceu ao prefeito pela iniciativa de garantir essa agenda. "Agradecemos o prefeito Assis Ramos por estar conosco e participar desta reunião sobre políticas públicas em defesa da mulher vítima", afirmou a juíza.

Rede de proteção - Na oportunidade, Edna Ventura enfatizou a necessidade de fortalecer as parcerias e ampliar as ações da Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência contra mulheres em Imperatriz. Apontou a importância de realizar ações de

cunho educativo nas escolas e bairros da cidade, além de garantir uma melhor estrutura da Casa Abrigo da Mulher.

Em Imperatriz, a Rede de Proteção à Mulher existe há alguns anos e é formada por instituições que atuam em defesa da mulher. É formada pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulher (SMPM), Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) e Casa Abrigo da Mulher, Poder Judiciário (Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher), Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). (Luana Barros / Sara Ribeiro - ASCOM/PMI)

Corregedoria faz balanço de atividades e encaminha execução de projetos para 2017

Em reunião com os juízes auxiliares, a desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, fez balanço das atividades realizadas ao longo de 2016 e discutiu o aprimoramento de projetos e ações da Corregedoria da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) para o ano de 2017. Entre os temas pontuados pela corregedora estão a definição de novas metas e o acompanhamento das já existentes, principalmente, quanto à redução do índice de congestionamento processual nas unidades judiciais – em especial – da Fazenda Pública da capital; da população carcerária (provisória); e dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher.

A corregedora demonstrou preocupação em relação aos processos que envolvem presos provisórios, e determinou priorização no cumprimento dessa meta de acompanhamento das execuções penais. A Corregedoria, por meio do juiz Fernando Mendonça (2ª VEP) criou um fluxograma processual para as medidas terapêuticas a serem aplicadas em casos de incidente de insanidade mental de acusados.

K entre nós

- Em reunião com os juízes auxiliares, a desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça, fez balanço das atividades realizadas ao longo de 2016 e discutiu o aprimoramento de projetos e ações da Corregedoria da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) para o ano de 2017.

- Entre os temas pontuados pela corregedora estão a definição de novas metas e o acompanhamento das já existentes, principalmente, quanto à redução do índice de congestionamento processual nas unidades judiciais - em especial - da Fazenda Pública da capital; da população carcerária (provisória); e dos índices de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em vistoria à polêmica unidade da Aurora **JUIZ, PROMOTORA, DEFENSORES E DEPUTADOS APROVAM O PRÉDIO ALUGADO PARA A FUNAC**

*Autoridades fazem
apenas ressalvas
sobre as adaptações*

O juiz da Infância e Juventude, José dos Santos Costa; a promotora de Justiça Emmanuella Bello Peixoto, e os defensores públicos Werther de Moraes Lima Júnior, Elaine Alves do Rego Barros Monteiro e Ana Júlia da Silva de Sousa, além de deputados estaduais

e representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude acompanharam, ontem, uma vistoria à unidade da Funac, no bairro Aurora, e avaliaram as condições do prédio que recebeu adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Após as vistorias, os representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude afirmaram que os adolescentes estão bem acolhidos na unidade Aurora, que, segundo eles, dispõe de estrutura mais adequada, e fizeram recomendações para ampliar a segurança e estrutura do prédio.

PÁG. 3 [C1]

Karlos Geromy



Autoridades do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e deputados vistoriaram e aprovaram as dependências do prédio alugado para a Funac

“Os adolescentes estão melhor acolhidos neste prédio e entendemos que é a melhor estrutura para eles no momento. A unidade vai funcionar em caráter temporário, após receber as devidas adequações, e o importante é que os acolhidos, funcionários e a comunidade tenham sua integridade assegurada”

(José dos Santos Costa, juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude)

Juiz, promotora, defensores e deputados vistoriam Funac da Aurora e avaliam que adolescentes estão melhor acolhidos

O juiz da Infância e Juventude, José dos Santos Costa; a promotora de Justiça Emmanuella Bello Peixoto, e os defensores públicos Werther de Moraes Lima Júnior, Elaine Alves do Rego Barros Monteiro e Ana Júlia da Silva de Sousa, além de deputados estaduais e representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude acompanharam, ontem, uma vistoria à unidade da Funac, no bairro Aurora, e avaliaram as condições do prédio que recebeu adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Após as vistorias, os representantes dos órgãos de proteção à Infância e Juventude afirmaram que os adolescentes estão bem acolhidos na unidade Aurora, que, segundo eles, dispõe de estrutura mais adequada, e fizeram recomendações para ampliar a segurança e estrutura do prédio. “Os adolescentes estão melhor acolhidos neste prédio e entendemos que é a melhor estrutura para eles no momento. A unidade vai funcionar em caráter temporário, após receber as devidas adequações, e o importante é que os acolhidos, funcionários e a comunidade tenham sua integridade assegurada”, avaliou o juiz titular da 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa. O defensor público-geral do Estado, Werther de Moraes Lima Junior, enfatizou a necessidade de o prédio possuir as devidas condições para abrigo dos adolescentes. “Diante da vistoria que acompanhamos e das adequações que estão em andamento, concluímos que o prédio na Aurora tem melhores condições que a unidade antiga”, avaliou. Para a promotora Emmanuella Bello Peixoto, que representou o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga, o prédio apresenta boa estrutura, precisando da adaptação. “As adequações necessárias devem ser realizadas em caráter de urgência e isso será acordado com o governo. Os adolescentes verbalizaram que estão melhor acolhidos nesta estrutura e isso será considerado na nossa avaliação, desde que sejam preenchidas as exigências para segurança deles e do prédio”, disse. O secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), Francisco



Deputados vistoriaram a unidade da Funac na tarde de quarta-feira

Governo do Estado abre as portas de prédio da Funac e deputados constataam boas instalações

Acompanharam as inspeções os deputados Fábio Macedo, Vinicius Louro e Andrea Murad, que consideraram boas as condições da unidade. Vinicius disse que após as adequações na estrutura física, que estão sendo realizadas, o ambiente estará completamente apto para executar as medidas socioeducativas. “A gente veio averiguar o prédio em questão e constatou que todas as medidas foram tomadas. Tem internos hoje, há reformas sendo feitas e a gente fica satisfeito por ser recebido pela equipe da Funac. Encontramos mães dos internos, com toda a assistência de psicólogos, um aparato para que esses jovens possam voltar para o seio da sociedade”, afirmou Vinicius.

“Vimos conhecer as instalações da Funac, conhecemos todas as dependências e a avaliação que a gente faz é positiva para uso dos adolescentes”, disse Macedo.

O secretário Francisco Gonçalves, acompanhado da presidente da Funac, Elisângela Cardoso, e do corpo técnico da instituição, tirou as dúvidas dos parlamentares e explicou

o funcionamento da unidade. Elisângela lembrou que o prédio da Aurora tem 17 vagas e é importante para desafogar outras unidades – como o Centro de Internação Provisória Canaã, que não tem autorização da Justiça para receber, no mesmo espaço, adolescentes de internação provisória e de internação definitiva –, evitando superlotação e garantindo a dignidade dos adolescentes. Francisco Gonçalves explicou aos deputados que o governo tem um pacote de obras para reestruturar as unidades da Funac. Segundo ele, a reestruturação se dá por meio da construção de novos prédios que garantam a ressocialização e a dignidade dos adolescentes. Assim, informou, até 2018 serão criadas pelo menos 224 vagas de internação e internação provisória, ampliando a capacidade de atendimento da Funac e dispensando a necessidade de locação de prédios. “Eu espero realmente que seja construída a nova sede da Funac, para que esses adolescentes possam ir para essa nova unidade”, declarou a deputada Andrea Murad.

Gonçalves, ressaltou a importância do momento para a garantia das condições adequadas de acolhimento dos jovens. Ele informou que as unidades do sistema de atendimento ao adolescente passam por reestruturação e serão todas recuperadas. “O monitoramento

dos órgãos de referência é salutar e vem contribuir para que este processo seja realizado de forma a melhor atender os que serão acolhidos na unidade”, pontuou. O acolhimento na Aurora ocorre até que seja finalizado o programa de melhorias nas demais unidades do sistema de atendimento ao

socioeducando.

Gonçalves afirmou ainda que toda a estrutura do Estado está à disposição da comunidade para dialogar e esclarecer dúvidas. “Estamos e sempre estivemos de portas abertas para a população. Temos ainda como meta prioritária reunir com os gestores municipais para discutir a situação do adolescente socioeducando e eleger metas a serem executadas ao longo do ano”, informou. “A rede de assistência ao socioeducando está em reformulação, além de medidas executadas pelo Governo do Estado para qualificar o atendimento a este público”, disse a presidente da Funac, Elisângela Cardoso.

A unidade na Aurora já iniciou funcionamento e acolhe atualmente sete adolescentes, sendo a capacidade para 17 jovens. Os socioeducandos foram transferidos do Centro de Juventude Canaã, localizada no Vinhais e que atende na modalidade internação provisória.

RECOMENDAÇÃO

Após a vistoria, o juiz José dos Santos Costa, a promotora Emmanuella e os defensores públicos Werther Júnior, Elaine Monteiro e Ana Júlia Sousa encaminharam Termo de Inspeção e Recomendação à Sedihpop. No documento, relatam as condições da unidade e depoimentos dos adolescentes infratores demonstrando interesse em permanecer no local. Considerando a superlotação do Centro de Juventude Canaã (CJC), onde os adolescentes cumpriam medidas em situação precária; a necessidade de adequações técnicas e segurança na unidade da Aurora, as autoridades do sistema judiciário fizeram recomendações para garantir a segurança dos socioeducandos e adequações técnicas do local. Entre estas, permanência de vigia policial 24 horas e efetivo policial suficiente para proteção dos socioeducandos e equipe técnica; vistoria do Corpo de Bombeiros e conclusão em 30 dias das reformas necessárias. Também recomendaram a não transferência de outros socioeducandos até a conclusão das adequações necessárias, restabelecimento do diálogo com a comunidade para superar resistências à instalação da unidade.

Juizado de Timon lança edital para Conciliador Voluntário

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo simplificado visando o cadastro de conciliadores voluntários para atuarem junto ao Juizado Especial Cível e Criminal de Timon. O edital, assinado pelo juiz Rogério Monteles, informa que as inscrições seguem até 11 de fevereiro e podem ser feitas por meio de formulário no site Ou ainda acessando o facebook 'jeccdetimon'.
Estão sendo disponibilizadas cinco vagas de conciliador escolhidos entre bacharéis em Direito, independente do tempo de experiência profissional.
De acordo com Rogério Monteles, "a atividade do conciliador voluntário é considerada serviço público relevante, não importando

vínculo estatutário ou trabalhista com o Poder Judiciário, mas constituindo título em concurso para provimento de cargos do Poder Judiciário". E segue: "Todos os atos relativos ao processo seletivo simplificado serão publicados por edital no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão, disponível no Portal do Poder Judiciário do Maranhão na rede mundial de computadores no endereço <http://www.tjma.jus.br> sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos editais".
O candidato selecionado terá a indicação formalizada para a Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a quem compete formalizar o ato de nomeação.

Judiciário em Loreto nomeia Juiz de Paz na Comarca

A juíza Talita de Castro Barreto editou e tornou pública nesta terça-feira (10) uma portaria na qual nomeia o Juiz de Paz na Comarca de Loreto, da qual é titular. A magistrada levou em consideração a necessidade de nomear juiz de paz na comarca e sobre a competência do juiz diretor de fórum em realizar a indicação e nomeação nas comarcas do interior do Estado. O Técnico em Enfermagem Raimundo Martins de Sousa foi o cidadão de Loreto nomeado Juiz de Paz. De acordo com a portaria, ele terá competência, única e exclusiva, de realizar casamentos quando designado pela juíza Talita de Castro Barreto, não recebendo custas ou qualquer vantagem para executar essa tarefa. Caso ele esteja ausente, deverá ser substituído por Raimundo de Sousa Araújo, Engenheiro Agrônomo.

O JUIZ DE PAZ

No âmbito jurídico, estão entre as atribuições dos juizes de paz, a serem exercidas por orientação dos Tribunais de Justiça: Examinar, de ofício ou em face de impugnação, e decidir processos de habilitação para o casamento; Celebrar casamentos, consoante disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos). Poderá o Juiz de Paz dispensar, justificadamente, os editais de proclamas; pacificar conflitos de vizinhança, em locais e datas previamente designados; orientar pessoas a respeito das formas de exercício dos próprios direitos.

TJMA realizará treinamento no sistema PJe para procuradores de 27 municípios maranhenses

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vai disponibilizar um treinamento na plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJe) a 27 prefeituras maranhenses, dia 24 de janeiro, de 8h às 12h e 14h às 18h, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, para seus procuradores e/ou advogados.

O objetivo é treinar os profissionais e capacitá-los como multiplicadores nos municípios que fazem parte da jurisdição de comarcas onde o PJe já está implantado e determinadas classes processuais já tramitam de forma eletrônica.

Os municípios são: São José de Ribamar, Paço do Lumiar,

Raposa, Imperatriz, Davinópolis, Gov. Edson Lobão, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia, Açailândia, São Francisco do Brejão, Balsas, Nova Colinas, Fortaleza dos Nogueiras, Caxias, Aldeias Altas, São João do Sóter, Codó, Coroatá, Grajaú, Formosa da Serra Negra, Itaipava do Grajaú, João Lisboa, Itapecuru Mirim, Timon, Vitorino Freire, Altamira do Maranhão e Brejo de Areia.

Em dezembro de 2016, o TJMA encaminhou ofício às prefeituras comunicando a realização do treinamento. Pelo mesmo documento, também foi solicitado o envio de informações relativas à existência ou não de Procuradoria formalmente instalada, para fins

de cadastro no ambiente do PJe. Desde novembro de 2016, as comarcas que abrangem os municípios citados estão trabalhando obrigatoriamente por meio do PJe em determinadas classes processuais, de acordo com a Portaria GP nº 427/2016 e Portaria Conjunta nº 08/2016. São elas: Comarca da Ilha, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Caxias, Codó, Coroatá, Grajaú, João Lisboa, Itapecuru Mirim, Timon e Vitorino Freire.

O contato para confirmar participação no treinamento pode ser feito pela prefeitura no e-mail pje.suporte@tjma.jus.br e pelos telefones (98) 3194-5876 e (98) 98896-1696.